

**Gabriela DeLuca** – deluca.gabi@gmail.com  
**Silvia Kihara** – kihara.silvia@gmail.com  
**Carolina Dalla Chiesa** – carolinadallachiesa@gmail.com

**Tema 7:** Vida simbólica e cultura nas organizações

## **Negação de Formas: interpretações simmelianas de coletivos em Porto Alegre**

### 1. INTRODUÇÃO

Um elemento fundamental da sociedade complexa contemporânea (Velho, 1981) é a coexistência de diferentes domínios simbólicos que, embora relacionados, detém certa especificidade e autonomia (Velho, 2006), mais ressaltados ainda nas grandes cidades (Simmel, 1903). Tais domínios podem ser observados pela profusão de formas de sociação, conforme aponta o pensador Georg Simmel (1896/2005). Considerando que, neste contexto, fazem parte organizações cujas características acompanham a maneira de ser dessa sociedade, enfocamos nesta pesquisa dois coletivos<sup>1</sup> situados em Porto Alegre que apresentam algumas peculiaridades em sua maneira de existir, se comparados ao *status quo* da Administração. Assim, a pergunta que direciona nosso estudo é: **como se mantém tais coletivos?**

Simmel (1898) indica que a sociedade somente é possível devido às interações entre indivíduos, com conteúdos que motivam sua ação, arranjando-se a partir das formas de sociação, as quais nos fazem olhar para elementos que, sob outras perspectivas, poderíamos deixar de lado (Wolff, 1958). Ademais, tais formas objetificam-se de tal maneira que podem impessoalizar as relações e se mostrarem independentes dos indivíduos e de suas motivações (Simmel, 1917/2013). Em razão disso, Georg Simmel entende como “tragédia da cultura” a autonomização das objetivações humanas, ou seja, “das produções culturais em sentido amplo, as quais, embora produzidas por seres humanos para servi-los, assumem a partir da sua objetivação uma lógica independente da intenção original que as constituiu” (Souza, 2005a, p. 9).

Ao que parece, na modernidade, quanto mais impessoal a instituição, melhor para a manutenção do grupo, pois a substituição é mais simples de um indivíduo pelo outro, superando o ser pessoal pelo social (Simmel, 1898). Por outro lado, o contato com os coletivos, organizados de modos diferentes do *status quo*, nos instigou a investigar aquilo que os mantém:

Acho que a CCD é como um “desvio” das coisas que impõem uma racionalidade que eles não querem seguir (Excerto de diário de campo - CCD, 2013).

Deste vislumbre, retomamos a reflexão de Simmel (1898) na qual, ainda que a impessoalidade, a identidade de grupo, a liderança, dentre outras características “modernas” mantém as formas, a verdade é que, retirando a reciprocidade na sociação, nada existe. Assim, por mais que pareça existir uma força por trás das estruturas e dos grupos que os tornem independentes do indivíduo, são os processos de relação recíproca que os mantém e, portanto, é isto que devemos procurar compreender (Simmel, 1898).

---

<sup>1</sup> Usaremos o nome de “coletivos” para os grupos de pessoas com interesses comuns, no qual diversas pessoas aderem, reafirmando-os e transformando-os. Um coletivo é “um centro de convergência de pessoas e práticas, mas também de trocas e mutações. Ou seja, o coletivo é aberto e seria, assim, poroso em relação a outros coletivos, grupos e blocos de criação - comunidades” (Migliorin, 2012, p.2).

É com este panorama que as discussões e reflexões propostas se desenvolvem nesta pesquisa, tendo como base empírica e analítica as dissertações de Chiesa (2014) e Kihara (2014), sobre o coletivo Casa da Cultura Digital Porto Alegre e o coletivo Global Shapers Porto Alegre, respectivamente. As proximidades entre os resultados obtidos nestes estudos nos motivou a refletir sobre a manutenção de suas formas, principalmente trazendo a ideia de "negação de formas" (Simmel, 1917/2013, p.106) e do "estrangeiro" (Simmel, 1983c), posto o vislumbre do "desvio" do *status quo* citado acima.

Com isso em mente, apresentamos o referencial teórico embasado, primordialmente, em Georg Simmel, expondo os entendimentos conceituais sobre formas de sociação, alguns de seus tipos, e as possibilidades de contribuição conceitual a que nos propomos. Em seguida, apresentamos o método, descrevendo as técnicas utilizadas e um breve panorama de cada um dos coletivos. Disto, partimos à análise, contemplando dados empíricos à luz dos conceitos expostos no início e trazendo novos entendimentos, quando necessário. Por fim, trazemos nossas considerações finais, como um apanhado de todo trabalho, suas contribuições e sugestões para enriquecimento teórico futuro.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Georg Simmel parte da noção de “sociação” (*vergesellschaftung*) porque esta exprimiria melhor o caráter dinâmico e inter-relacional da vida social. (Rammstedt & Dahme, 2005, p.195). Assim, formas de sociação serão o objeto de pesquisa, nas quais os modos de comportamento são os motivos reciprocamente relacionados. É o agir social e os modos de comportamento objetos da sociologia, e não a sociedade, que é místico demais e não deixa de ser uma forma de dominação (Rammstedt & Dahme, 2005). Em resumo, não é a sociedade, mas a sociação que é vivida e observada, na qual "os homens se encontram em reciprocidade de ação e constituem uma unidade permanente ou passageira" (Simmel, 1898). Dessa forma, a reciprocidade é central na análise simmeliana.

Para encontrar as formas, é preciso buscar o mais variado possível de conteúdos e suas similaridades. Para Simmel (2006), os conteúdos são de natureza individual e as interações ocorrem quando estes conteúdos rompem a esfera da individualidade e abrigam-se nas formas de sociação.

Os instintos eróticos, os interesses objetivos, os impulsos religiosos e propósitos de defesa ou ataque, de ganho ou jogo, de auxílio ou instrução, e incontáveis outros, fazem com que o homem viva com outros homens, aja por eles, com eles, contra eles, organizando desse modo, reciprocamente, as suas condições – em resumo, para influenciar os outros e para ser influenciado por eles (Simmel, 1983d, p. 166).

Conforme Simmel (2006), em cada sociação é possível diferenciar forma e conteúdo. Determinados impulsos ou a busca de certas finalidades que fazem com que o ser humano entre em estado de correlação com os outros são os conteúdos, ou matérias da sociação. É a partir das interações que os portadores individuais daqueles impulsos e finalidades constituem uma unidade. A sociação é, portanto, a forma na qual os indivíduos se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Segundo Simmel (1898) é somente com a pesquisa de conteúdos e formas que será possível responder à pergunta da manutenção da "sociedade" - baseado em reciprocidade. Nesses encontros recíprocos, que determinam as vidas dos indivíduos, estão forças internas e externas que podem separar e

transformar as relações. Ao mesmo tempo, influências de preservação mantêm os indivíduos juntos, pelas mesmas relações de reciprocidade. Neste sentido, pode se instaurar uma ideia de que a "sociedade" é uma criação impessoal, objetiva e autônoma aos indivíduos. No entanto, segundo Simmel (1898), a única coisa real é o homem. E o que mantêm os homens unidos é a reciprocidade.

Simmel (1983a, 1983c, 1983d, 1983e) apresenta algumas destas formas de sociação em suas obras. Para nosso trabalho, abordaremos aquelas que consideramos mais coerentes para o campo de pesquisa, a começar pela sociabilidade. A **sociabilidade** é definida por Simmel (1983d) como a forma lúdica de sociação que, em sua forma mais pura não há qualquer finalidade objetiva além da satisfação do instante. Seu caráter democrático resulta da eliminação do que é inteiramente pessoal e do que é inteiramente objetivo, demandando um tipo de "tato" social (Simmel, 1983d, p.170). Esse mundo da sociabilidade, o único em que é possível haver uma democracia sem atritos entre iguais, é um mundo artificial, um jogo do "faz de conta", uma encenação. Esse "faz de conta" não é uma mentira, a não ser quando "a ação sociável e o discurso se tornam simples instrumentos das intenções e dos acontecimentos da realidade prática – assim como a pintura se torna mentirosa quando pretende simular panoramicamente a realidade" (Simmel, 2006, p. 71). A metáfora do jogo é utilizada pelo autor para expressar o constante ir e vir, no qual a finalidade é o próprio movimento. A sociabilidade é, enfim, esse movimento dado entre iguais (Simmel, 2006), em um espaço em que não penetram, inteiramente, nem a cultura objetiva nem a subjetiva.

Assim como a sociabilidade, a **subordinação** também é apresentada por Georg Simmel (1983e) como uma forma de sociação. Observando as relações de exploração vividas na esfera do trabalho, Simmel (1983e) pontua que toda relação de dominação é um caso de interação, logo o subordinado deve ser pensado como parte ativa da relação e como parte que interessa ao dominador. Segundo Simmel (1983e), essa liberdade pessoal do dominado só se extingue diante do uso da violência física direta. Nos demais casos, o autor afirma que esta coerção é sempre relativa e sustenta-se no desejo do subordinado de escapar de uma punição ou de outras consequências que esta desobediência pode acarretar.

Simmel (1983d) afirma que as "noções superficiais" a respeito das relações de superordenação e subordinação minimizam a espontaneidade e cooperação do sujeito subordinado. Exemplifica que o que chamamos de "autoridade" não se baseia apenas em coerção, pressupondo a liberdade da pessoa submetida à autoridade, num grau muito maior do que usualmente se reconhece. A autoridade pode emergir tanto de um poder supra-individual, quando uma instituição investe a pessoa de uma reputação, que não fluiria de sua individualidade, quanto pode surgir de qualidades da própria pessoa.

A crença na autoridade e a cooperação voluntária por parte do elemento subordinado estão presentes nesta forma de relação, pois "aquele que acredita na autoridade realiza, ele mesmo, a transformação" (Simmel, 1983e, p.110). A própria sensação de opressão sugere que a autonomia desta parte nunca é inteiramente eliminada, pelo contrário, é, na verdade, pressuposta. Quando analisa as razões pelas quais as formas se mantêm, essa pessoa que detém autoridade pode ser colocada como "líder", figura a qual contribui para a perpetuação da forma (Simmel, 1898). Assim como a autoridade, o prestígio é uma nuance de superioridade, contudo deve ser distinguida da primeira pelo elemento de importância subjetiva, uma vez que a liderança por meio do prestígio é inteiramente determinada pela força do indivíduo. Origina-se na pura personalidade e consiste na habilidade de "arrastar" indivíduos e massas e fazer deles seguidores incondicionais. A autoridade, por sua vez, origina-se da objetividade das forças e das normas.

Independente da nuance pela qual se apresenta, uma relação de subordinação e superordenação é uma forma de sociação. Mesmo quando aparenta uma influência absoluta de um lado, uma unilateralidade pura, onde a posição do subordinado parece não ter qualquer espontaneidade, o caráter sociológico pode ser percebido por haver uma troca de influências nesta relação, recíprocas, devendo ser considerada como uma interação.

Por fim, destas formas, trazemos o **estrangeiro**, que não é para Simmel (1983c) aquele viajante que chega hoje e parte amanhã, mas aquele que chega e fica e, embora não tenha partido, ainda não superou completamente a liberdade de ir e vir. A forma sociológica do “estrangeiro” apresenta a unificação de duas características conceitualmente opostas: o viajar como liberação de qualquer ponto definido no espaço e a fixação nesse ponto.

O estrangeiro é aquele que se fixa em um grupo espacial particular no qual a sua posição é determinada pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo e por ter introduzido qualidades que não poderiam se originar no próprio grupo. Apesar de não estar organicamente anexado ao grupo, o estrangeiro ainda é um membro orgânico do mesmo. Assim, possui o caráter de mobilidade, estando próximo e distante. Ser estrangeiro é uma forma específica de relação: “nas relações do estrangeiro e nas relações com ele, os elementos que repelem e aumentam a distância produzem um modelo consistente de coordenação e interação.” (Simmel, 1983c, p. 183). O estrangeiro, por sua vez, é um elemento do próprio grupo que, ao passo que tem uma posição de membro, está fora dele e o confronta, assim como o indigente e as variadas espécies de “inimigos internos”.

Outra expressão desta forma sociológica é a objetividade do estrangeiro, que ocorre em função deste não estar submetido a tendências peculiares do grupo, o que abrange tanto distância e indiferença, quanto proximidade e envolvimento. De maneira alguma significa não participação: refere-se a um tipo específico de participação, na qual o indivíduo pode, inclusive, ter mais clareza de discernimento por não estar enredado nos interesses próprios do grupo (Simmel, 1983c). Dessa forma, o que dá ao estrangeiro o caráter de objetividade é a proporção de proximidade e distância e, embora todas as relações sejam caracterizadas por certas quantidades de proximidade e de distância, uma proporção especial e uma tensão recíproca produzem a relação particular com o estrangeiro.

As formas de sociação descritas nos parágrafos anteriores são abstrações de algumas das formas observadas por Georg Simmel. Ademais, conteúdos e formas são separáveis apenas por abstração científica, visto que, na realidade, são inseparavelmente unidos. Uma mesma forma de sociação pode ser observada em conteúdos diferentes e conectada com fins totalmente diversos, assim como os mesmos interesses podem se realizar em formas de sociação completamente diversas. Simmel (1983b) aponta que a primeira condição pode ser observada em uma comunidade religiosa, uma cooperativa econômica, uma família ou um grupo de bandidos, grupos sociais com interesses diversos no quais encontramos as mesmas relações dos indivíduos entre si, tais como dominação e subordinação, competição, representação e tantas outras formas semelhantes. Por outro lado, o mesmo interesse pode se realizar em formas bem diferentes. Como exemplo, Simmel (1983b) apresenta o interesse econômico que pode se realizar tanto sob a forma de competição ou em uma organização de produtores.

Quando as formas parecem não fazer sentido aos indivíduos, numa dinâmica de vida na qual as formas existentes não os satisfazem mais, estes negam tais formas e buscam novas (Simmel, 2013). Fazendo uma analogia com a arte, Simmel (2013) demonstra como a negação de uma forma pela outra vai transformando a representação da arte na pintura - naturalismo, impressionismo, expressionismo. Através dessas expressões o indivíduo expõe sua realidade e

dá sentido a ela. Segundo Simmel (2013, p.106), "a vida não pode se exprimir a não ser em formas que são e significam algo por si, independentemente dela". A isso o autor chama de tragédia, posto que, apesar do esforço dessa externalização do interno, o indivíduo apenas se depara com um caos fragmentado. Como resposta a tal caos, em um extremo, ocorreria a negação da forma:

A apaixonada vontade de expressão de uma vida que não se acomoda mais às formas transmitidas, mas que ainda não descobriu formas novas e, por isso, quer encontrar sua pura possibilidade na negação da forma - ou numa forma quase tendenciosamente abstrusa -, incorrendo numa contradição quanto à essência da atividade criativa a fim de escapar à outra contradição que nela reside. (Simmel, 2013, p.106).

Isto porque as formas que surgem na vida, para ser uma morada, tornam-se uma prisão (Simmel, 2013). Assim, a negação de formas aparece como uma resposta ativa à realidade que se coloca diante do indivíduo. Na verdade, Simmel (1903, p. 577) resume a existência humana como "a resistência do sujeito a ser nivelado e consumido em um mecanismo técnico-social". Ainda que pouco tenha sido explorado por Georg Simmel a esse respeito, foi a possibilidade de encontrar, nos coletivos estudados, a negação de formas, que instigou este trabalho.

Dado isto, retomamos nossa pergunta de pesquisa: como se mantém esses coletivos? Segundo Simmel (1898) a continuidade de localidade e aspectos fisiológicos podem ser razões, ainda que não suficientes. O grupo, ou a organização, se mantém também por certa impessoalidade, que permite que os indivíduos mudem, mas o grupo não. Assim, a "imortalidade do grupo" só é possível porque a identidade grupal tem um papel maior que a individual e de que as mudanças internas acontecem de modo gradual (Simmel, 1898, p.671). Assim que, na modernidade, quanto mais impessoal a instituição, melhor para essa manutenção do grupo, pois a substituição é mais simples de um indivíduo pelo outro - em consonância com a tragédia da cultura.

Para Simmel (1900/2005, 2005a) a cultura é a síntese entre a cultura objetiva e subjetiva, ou seja, os elementos objetivos que se formam surgem a partir de interações e ações subjetivas, as quais são influenciadas por elementos subjetivos. Dessa forma, a síntese é possível porque nem um dos dois se sobrepõe sobre o outro. No entanto, na modernidade, Simmel (2005a) observou o fenômeno trágico da cultura: as objetificações do homem tornando-se autônomas, como estruturas independentes - e acima - daquele que as criou:

Assim surge a situação problemática típica do homem moderno: o sentimento de ser circundado por inúmeros elementos culturais que não lhe são desprovidos de significação, mas que também não são, em seu fundamento, plenos de significação - elementos culturais que no conjunto possuem algo de opressivo, porque ele não pode assimilar interiormente a todos individualmente, e tampouco pode simplesmente descartá-los, uma vez que eles pertencem potencialmente à esfera de seu desenvolvimento cultural. (Simmel, 2005a, p. 106).

Tal tragédia pode ser vislumbrada a partir da forma do dinheiro, ainda que devemos deixar claro que a criação de formas não significa, diretamente, a autonomização das mesmas. Como dito, segundo Simmel (2013), a modernidade tornou sujeito e objetos independentes um do outro. A economia monetária instituiu um distanciamento entre a pessoa e a posse ao inserir uma instância completamente objetiva - o dinheiro. Esta desvalorização das próprias coisas ocorre pela equivalência com esse meio de troca válido para qualquer coisa e tem como reflexo

psicológico o caráter *blasé* das camadas mais abastadas. Os sentimento de tensão, de expectativa e de urgência não resolvida ilustram a consequência emocional da proliferação dos meios. O dinheiro ocupa posição central nesse processo pela amplitude de objetos por meio dele atingíveis, como um Deus moderno (Souza, 2005), e que irradia em diversos traços de caráter particulares da vida moderna (Simmel, 2013). Seu traço psicológico conduz o processo de autonomização do valor que, representando a transformação dos meios em fins.

Apesar de central, o dinheiro é como um ramo da mesma raiz que germina todas as flores da cultura moderna, pois, por mais que pareça obedecer puramente suas leis internas, segue o mesmo ritmo que regula a totalidade dos movimentos culturais concomitantes. Assim, no caso da modernidade, seu espírito é contábil (Simmel, 1903).

Vale ressaltar que as formas puras de sociação descritas por Georg Simmel não podem ser encontradas completamente na realidade. Parece válido tomar estas formas puras como referência para discutir as formas de sociação identificadas na pesquisa empírica - mesmo que as diferenças de contexto sejam marcantes, considerando que seus escritos retratam a época moderna - nunca com a intenção de classificá-las, mas de interpretá-las neste movimento de aproximação e distanciamento das formas simmelianas. Além disso, Simmel (2005a) observou seu contexto a partir de um olhar crítico da cultura.

### 3. MÉTODO

A pesquisa empírica foi realizada em dois coletivos sediados na cidade de Porto Alegre. O Casa da Cultura Digital fez parte da dissertação de Chiesa (2014), pesquisa que ocorreu durante os doze meses do ano de 2013. O Global Shapers Porto Alegre foi objeto de estudo de Kihara (2014), ocorrido entre Março de 2013 à Fevereiro de 2014. O método utilizado pelas autoras foi a etnografia, com as técnicas de observação participante e entrevistas semi estruturadas.

Optamos por este método tendo em vista o pressuposto de que, para compreender os significados envoltos nas ações sociais, é necessário participar delas e compreendê-las, não apenas como um ouvinte externo, mas como alguém densamente inserido nas atividades de uma determinada comunidade. Nos estudos organizacionais, o uso da etnografia está incorporado no contexto brasileiro como mostram outros trabalhos (Oliveira & Cavedon, 2013; Cavedon, 2010; Alcadipani & Rosa, 2010).

A etnografia é um método oriundo da Antropologia e entendido por Clifford (2011) como o envolvimento direto do observador com os participantes da pesquisa. “A experiência etnográfica pode ser encarada como a construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e inferências” (Clifford, 2011, p. 34). Para tal atividade ser possível, usam-se pistas, traços e gestos de sentidos advindos da experiência, que dão subsídio para as interpretações e que possibilitam uma descrição densa (Geertz, 2008).

Sobre a observação participante, Clifford (2011) ressalta que ela é como um contínuo vai e vem entre o interior e o exterior dos acontecimentos, em que a autoridade experiencial está embasada na “sensibilidade” de quem “estava lá”. Destacamos que o vai-e-vem da experiência etnográfica é um processo reflexivo intenso tanto durante a coleta de dados quanto durante suas análises. Nesse sentido, a construção dos diários de campo - como formas de registro das vivências -, foi uma importante forma de afastamento do objeto de pesquisa, mesmo que, nesse caso, estivessem imbricados.

A respeito das entrevistas, Minayo (2011) ressalta o objetivo de buscar informações que sejam pertinentes para o objeto de pesquisa. No caso da entrevista semi-estruturada seguimos este direcionamento: “[...] combina perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Minayo, 2011, p. 64). Assim, optamos pela entrevista semi-estruturada, buscando os entendimentos dos participantes sobre suas próprias atividades. Os dados foram analisados à luz de categorias que advém da interação entre teoria e dados, conforme pressupõe a etnografia. Tais categorias remetem às formas de sociação descritas por Simmel: sociabilidade, subordinação/superordenação e o estrangeiro, em um movimento de aproximação e distanciamento com os dados empíricos.

#### 4. APRESENTAÇÃO DOS CAMPOS DE PESQUISA

A Casa da Cultura Digital Porto Alegre (CCD) é constituída por um grupo de pessoas que tem interesse em disseminar conhecimentos e informações sobre a temática da cultura digital, no que tange às práticas de hackers,<sup>2</sup> cultura livre, reapropriação de elementos culturais com criatividade. A Casa da Cultura Digital (CCD) é uma organização que existe há aproximadamente três anos em São Paulo e ganhou uma sede no centro da cidade de Porto Alegre em setembro de 2012. O surgimento da CCD localmente veio ancorado por uma proposta de inclusão de públicos voltados às tecnologias digitais e à participação em uma agenda cultural que se alimenta e se organiza pelo meio digital. Sendo assim, as ações da CCD, em geral, promovem a cultura digital como meio e como fim de suas ações. Como meio, identificamos a organização interna de seus projetos através do universo digital<sup>3</sup>; como fim, vislumbramos ações que objetivam informar a sociedade sobre o que é cultura digital e onde ela se manifesta no cotidiano.

Cabe notar que os sujeitos participantes são, em geral, profissionais da área de cultura ou comunicação digital, gestores de projetos culturais que utilizam os meios digitais para concretizarem seus trabalhos. Os participantes da CCD afirmam, de diferentes formas, que se identificam com modos de trabalhar criativos, pouco hierárquicos e que promovam a liberdade nas decisões concernentes aos seus projetos como mostra o excerto de diário de campo:

Juliana disse que na CCD cada pessoa pode ter uma opinião diferente sobre o que é feito e que dificilmente as pessoas entram em consenso lá. “A única coisa que nos mantém unidos é o interesse pela cultura digital”. Ela continua depois: “na CCD é tudo horizontal, então você não tem que ficar pedindo permissão pra fazer qualquer coisa”.

O Global Shapers Porto Alegre (GSPA) é um grupo de jovens com idade entre 20 e 30 anos. Este coletivo é parte de uma comunidade global, formada por mais de 300 *hubs*<sup>4</sup>, dez deles situados em cidades brasileiras. A Comunidade Global Shapers foi fundada em 2011 pelo Fórum Econômico Mundial numa tentativa de se aproximar (e talvez de se apropriar) das ações e dos movimentos que estão sendo protagonizados por estes jovens, geralmente relacionadas a empreendedorismo social, economia colaborativa, valor compartilhado, educação, política, etc. É

---

<sup>2</sup> Indivíduo entusiasta, mais próximo do *bricoleur*, como um sujeito que sobrevive na pluralidade banal cotidiana. O *hacker* modifica e questiona os valores do sistema tecnocrático como uma forma de reapropriar-se de elementos culturais (Lemos, 2013).

<sup>3</sup> Considerados elementos do ciberespaço como: páginas *online*, *blogs*, Redes Sociais como *Facebook*, *Twitter*.

<sup>4</sup> Nome dado aos grupos que formam a Comunidade Global Shapers no mundo.

importante ressaltar que não há, nesta comunidade, uma definição de temáticas de atuação, ainda que se perceba uma vontade comum de empreenderem projetos que tenham impacto social. No *hub* de Porto Alegre, a noção de impacto social está relacionada à ação que não é apenas individual (algo que não faço visando apenas o meu interesse) e que não cumpra apenas objetivos comerciais, o que vai ao encontro da missão deste *hub*: desenvolver projetos simples e viáveis para problemas de comunidades.

O GSPA não é a atividade principal de nenhum dos membros, mais percebida como um “projeto paralelo”, um grupo do qual fazem parte por se sentirem identificados uns com os outros. Dois projetos foram realizados pelo *hub* até o final da pesquisa: o Herói Postal, um site que transforma emails em cartas e o Dia da Caixa Parda, que estimulou a troca indireta de objetos no bairro Bom Fim. Os encontros são fundamentais. ocorrendo, de costume, à noite, em ambientes informais, durando mais de 4 horas. A forma de se organizar deste grupo é descrita pelos seus membros como descentralizada, fluida, orgânica, distribuída, espalhada, horizontal e aberta. Características estas que, muitas vezes, diferem-se das diretrizes delineadas pela Comunidade, do que é incentivado pelo Fórum Econômico Mundial e da forma como a maioria dos outros *hubs* se organiza.

Eu acho que o *hub* de Porto Alegre tem uma diferença grande, que é esse, digamos assim, *let it go*, deixa acontecer, acho que outros *hubs* tem mais objetivo, mais foco assim (Entrevistado GSPA, 2014).

Podem ser traçadas algumas semelhanças entre os grupos no que tange aos valores e às intenções compartilhadas, como, por exemplo, a forma de se organizar destes coletivos. Tanto CCD quanto GSPA buscam uma configuração horizontal, onde as decisões sejam coletivas, as ações compartilhadas e onde exista interação com pouca ou nenhuma hierarquia. Cumpre destacar que essas interações no interior de cada grupo acontecem “entre iguais”, na medida em que interagem pessoas advindas de um contexto de classe média-alta da cidade de Porto Alegre, frequentadoras de um circuito cultural característico com amplo acesso a serviços e benefícios da cidade.

A intenção de criar um ambiente que seja compartilhado por iguais, pelo menos naquele momento da interação do grupo, nos remete à sociabilidade simmeliana, a qual tem a igualdade por condição, excluindo desta forma aqueles elementos que podem torná-los distantes uns dos outros. É, portanto, com uma reflexão sobre as relações pessoais do grupo que iniciamos as análises a partir da seção seguinte.

## 5. ANÁLISE DOS DADOS

Como apresentado no referencial, uma característica da modernidade é a tragédia da cultura (Simmel, 1917-2013), na qual as objetificações da vida social sobrepõem a cultura subjetiva. Assim, a manutenção de formas, inclusive organizacionais, como as corporações urbanas, se dá pela impessoalidade de relações, sobreposição da identidade do grupo sobre o indivíduo, a figura de um líder e, primordialmente, relações objetivas através do dinheiro, dentro do sistema econômico monetário (Simmel, 1917- 2013).

Com isso em mente, trazemos quatro categorias centrais de análise que contemplam estas características, quais sejam: a impessoalidade, as regras, a hierarquia e o dinheiro. Elas estão vinculadas entre si e podem ser percebidas como negadas, nestes coletivos, pelo entrelaçamento das relações pessoais, que se estabelecem e são também requeridas pelos participantes, através



da negação de qualquer forma de autoridade interna e pelo esforço em retirar trocas ou necessidades monetárias no âmbito dessas relações.

### 5.1. NEGAÇÃO DA IMPESSOALIDADE

A análise dos dados revela que as relações estabelecidas entre os membros destes coletivos, CCD e GSPA, são marcadas por interações longas e conversas sobre assuntos comumente considerados do âmbito pessoal. A vontade de estar com os outros parece ir além do compartilhamento de espaço, de reunião e de execução de atividades e projetos. Interessa conhecer cada um dos membros e os diferentes papéis que eles desempenham fora daquele grupo, seja na família, em outros espaços de trabalho ou em relacionamentos afetivos. Nestes coletivos, a impessoalidade parece mais estranha aos indivíduos que as relações pessoais.

Velho, ninguém mais quer trabalhar com alguém que não dê um bom dia de verdade. Oi, tudo bem de verdade. Tá todo mundo cansado de ir pro trabalho e ter que dizer oi, tudo bem? Tudo, tudo bem, tudo? Tudo sim, tudo bem, tudo, mas não tá tudo bem naquele dia entendeu? E tu não fala, porque a relação é impessoal. Mas se é na CCD hoje tu chega, bá não tá bem hoje, minha mãe tá me enchendo o saco no carro, e tu fala porque tu tem personalidade. As pessoas não querem mais isso. E a CCD é reflexo disso, dessa cultura. Essa é a Cultura Digital, essa é a cultura digital no âmbito de trabalho, de emprego né. Então, o afastamento foi acontecendo e como vai acontecendo os aprochegos, porque o Luiz queria fazer a janta. Estamos eu e o Luiz aí convivendo até hoje. O Luiz quis descer e tomar uma ceva comigo junto com a Laura. [...] Então, a questão é muito mais pessoal, se tu for ver por um lado é pessoal no sentido de permitir se relacionar pessoalmente com alguém. Tu pode ser chato, mas se tu permite as pessoas se relacionarem a ponto das pessoas dizerem “mas tu é chato!” E tu mantém, tá ligado? É isso, é permitir isso. E o Valter... tu não percebe isso nele (Entrevistado CCD, 2013).

Este excerto revela que importa, fundamentalmente, que os indivíduos estejam juntos para promover interações mais próximas do que em outros âmbitos mais formalizados e impessoais da sociedade moderno-contemporânea. Deste modo, permanecem na organização aqueles que estão dispostos a travar estas relações. Aqueles que veem a CCD de modo mais “profissional” e impessoal, aos poucos se desligam dela. As que permanecem percebem valor nas trocas afetivas e no estar junto. “Hoje o que junta as pessoas acho que é principalmente o afeto. [...] Principalmente pelo laço [...] O que me mantém colada na CCD são os laços”. (Entrevistado CCD, 2013).

Com a manutenção de relações mais personalizadas, pode-se fazer uma relação à sociabilidade. Na forma da sociabilidade as diferenças se esvaem (Simmel, 2006), num jogo de “faz de conta” que ocorre entre diferentes que “encenam” uma igualdade social e a tornam verdadeira. A sociabilidade só é possível, segundo Simmel (2006), porque, em sua forma pura, exclui qualquer diferença objetiva entre os participantes.

A sociabilidade, no GSPA, ao passo que conecta os membros do grupo, torna-se uma barreira à integração de pessoas que não compartilham os mesmos códigos. Apesar da busca por diversidade, os próprios integrantes do *hub* reconhecem a homogeneidade do grupo, mesmo que não consigam explicar quais os fatores que os tornam tão parecidos, o que é ilustrado na fala do entrevistado (GSPA, 2013): “[...] realmente o nosso *hub* de Porto Alegre, eu não sei explicar exatamente o que, mas eu olho pras pessoas, elas são parecidíssimas e isso me incomoda”. Ademais, a negação da impessoalidade também é possível pois há um compartilhamento de códigos, símbolos e valores comuns a um determinado segmento social.

Eu gosto de ter uma organização mais livre. Certamente a gente perde em objetividade com esse tipo de formação, onde não tem cargo, não tem prazo, não tem data, mas acho que a gente ganha em laços, subjetividade, em conforto [...] pra mim foi muito importante saber que a gente tinha autonomia pra escolher o que a gente ia fazer, como a gente ia fazer, quem a gente ia convidar. Se fosse uma estrutura muito *top-down*, onde eu não me sentisse confortável e livre pra fazer aquilo que eu sentisse no caminho, certamente eu não tinha entrado nesse barco (Entrevistado GPSA, 2013).

A igualdade, neste caso, transcende a sociabilidade e recai no interesse de que não existam hierarquias, diferenças sobressalentes no grupo e, primordialmente, a impessoalidade. Percebemos que nesta última reside a ideia de “regra”, como necessária para o intermédio de relações impessoais. Posto que, nestes coletivos, as relações são pessoais, percebemos uma busca em reiterar a não existência de regras. Abordaremos este aspecto no item seguinte.

## 5.2. NEGAÇÃO DE REGRAS

É comum na forma de se organizar dos dois coletivos a negação de regras, elemento presente nas organizações modernas, das públicas às empresariais. Regras de adesão, de desligamento, de participação, metas, regras para chegar, para ficar e para sair, tão comuns ao *status quo* da Administração são negadas na tentativa de construir espaços mais livres e de autonomia. Estas regras são, de certa maneira, a formalização de relações impessoais, pois, a medida que procuram universalizar comportamentos, restringem a expressão das subjetividades dos indivíduos.

No GSPA os entrevistados afirmam que não há regras neste grupo, diferentemente de outros *hubs* que têm regras de participação e que definem, por exemplo, a quantidade mínima de encontros que os membros devem estar presentes. Por outro lado, existem algumas regras impostas pela Comunidade, mas que não são seguidas pelo GSPA: a quantidade mínima de integrantes e a execução de, pelo menos, um projeto por ano. Neste sentido, a negação da regra se dá pela ausência de regras na organização interna do grupo e, também, pela negação das diretrizes que advém da Comunidade Global Shapers e do Fórum Econômico Mundial.

A possibilidade de não haver regras, cargos e formalizações é explicada pelos membros devido à relação de confiança que se construiu no *hub* de Porto Alegre, pois as pessoas se sentem próximas. A confiança encontra espaço neste formato de organização mais livre, onde as pessoas se conectam de maneira que não precisam de instrumentos burocráticos para mediar suas relações. A fala a seguir ilustra este argumento:

Enquanto que pra nós, hoje, é simplesmente perguntar para as pessoas se faz sentido ou não continuar e simplesmente confiar que aquelas pessoas que não são tão presentes, qualquer que seja a razão, é confiar que essas pessoas vão se autodesligar, para que deem espaço para novos. É baseado na confiança... Agora, é natural que um *hub* que as pessoas não se conheçam que precise dessa regulação e desse controle (Entrevistado GSPA, 2013).

De maneira semelhante, os membros da CCD afirmam a inexistência de regras. A autonomia de todos os membros permite que as pessoas hajam e decidam sem que, necessariamente, precisem consultar os outros membros. Isso não quer dizer que algumas pessoas tenham credenciais para decidir pelas outras, pelo contrário, significa que todos podem agir por que são parte do grupo, o que ressalta a presença da relação de confiança também neste

coletivo. Assim como no GSPA, esta confiança é fruto de interações longas e compartilhamento de valores.

Nós não temos regras. Não há nenhuma regra, na verdade. Nada, nada. Porque assim, cada projeto que acontece, ele acontece de uma forma diferente [...]. É assim que funciona e funciona bem. Não adianta trazer regras de empresa aqui porque não funciona (Entrevistada CCD, 2013).

Muito embora a entrevistada reitere a inexistência de regras, existem padrões não-ditos de comportamento que guiam a CCD. Mesmo que não sejam encarados como regras, no limite, a determinação de não ter regras é em si mesma um imperativo, apenas invertido em relação a outros espaços pontuados em seus discursos (Chiesa, 2014). Por mais que, certas vezes, eles percebam nelas uma maneira de simplificar algumas situações recorrentes ao grupo, os participantes resistem aos processos que podem impessoalizar as relações. Negar regras, em suma, é um desejo de negar que alguém as profira. Assim, negando-se as regras, negam-se hierarquias, normas rígidas e, no limite, o modo vigente de organização burocrática moderna. É deste padrão que a organização busca afastar-se, aspecto sobre o qual dissertaremos no item seguinte.

### 5.3. NEGAÇÃO DA HIERARQUIA

A negação de hierarquias é analisada sob a ótica da subordinação. Simmel (1983) salienta que as relações de superordenação e subordinação estão presentes em quase todos os grupos sociais e no GSPA não é diferente. Nos primeiros contatos, estas relações não saltam aos olhos do observador, já que existe certa igualdade no grupo e as relações são bastante próximas. Contudo, a partir de conversas mais longas e mais significativas, pudemos perceber que há uma relação de subordinação do grupo com o curador fundador, que parece estar mais relacionada ao prestígio do que propriamente à autoridade, conforme podemos perceber no trecho a seguir:

E outra coisa que eu tava pensando agora, até por causa dessa história do André aí e do Tiago que tipo, talvez o André já tivesse sido escolhido pelo Tiago, por que não tinha ninguém escolhendo, talvez a saída dele libere algumas coisas entre nós, sabe. Por que ele é uma presença super forte, mas daí eu acho que tem gente que deixa de fazer algumas coisas por que precisa da instrução, sabe? Talvez. (Entrevistado GSPA, 2014)

Contudo, é importante ressaltar que, neste coletivo em específico, existe um cargo de curador, o que não acontece na Casa da Cultura Digital. A definição de que o *hub* precisa de um curador não partiu dos membros deste grupo, vem das regras criadas pelo Fórum Econômico Mundial quando fundou a Comunidade Global Shapers. Por outro lado, argumentamos neste artigo que a organização destes coletivos acontece nas interações entre as pessoas que os formam e, por isso, ao analisarmos as relações que são vivenciadas por eles, à luz da subordinação enquanto categoria de análise, nos fazem crer que as hierarquias são negadas.

Na CCD, esta negação ocorre, sobretudo, pela explícita vontade de não haver um chefe, um líder, ainda que se reconheça a presença de líderes, mesmo que em retrospectiva:

Acho que se tivesse uma hierarquia muito rígida não seria legal. Mas dentro da organização teve alguma hierarquia de quem coordenava, quem fazia era o Luiz ele tava mais a par de tudo. Ele que movimentou todas as coisas. Mas era uma hierarquia flexível. Hierarquia totalmente democrática. Ele levantava as questões e não impunha nada (Entrevistada CCD, 2013).

Hoje não tem hierarquia na CCD. Hoje não. Já tinha, já teve e hoje não tem. (Entrevistada CCD, 2013).

Dessa forma, percebemos que a negação ocorre num movimento de aproximação e distância, no tempo, colocando que é apenas no passado a existência da hierarquia. Se toda relação entre os homens consiste de elementos de aproximação e elementos de distância (Simmel, 2011), na objetivação do dinheiro pode-se enxergar o mesmo. O dinheiro ordena o tempo e o espaço (Simmel, 2011) e, portanto, na medida em que há uma tentativa de não torná-lo o elemento mais preponderante das interações, há também uma reordenação que demonstra a intenção de pessoalizar, de aproximar esse círculo de pessoas e de produzir um tempo e espaço onde o estilo de vida moderno monetarizado não se sobressaia. Com isso, introduzimos o item seguinte.

#### 5.4. NEGAÇÃO DO DINHEIRO

A presença do dinheiro nestes grupos é peculiar. Por não se tratar de uma atividade remunerada, a questão da dedicação do tempo torna-se uma preocupação, já que vivemos em um contexto onde a economia monetária é a principal mediadora das relações sociais. Assim, em diversas situações não sabemos como construir estas relações, quando não mediadas pelo dinheiro, pois o tempo é um artigo que se vende e se compra. Quando este tempo não é pago, como é o caso destes coletivos, encontra-se o desafio de perceber que a organização se constrói com a articulação dos tempos de cada um.

Acho que hoje a gente tem uma aversão ao dinheiro, pela forma como ele é hoje. À forma como o dinheiro é conduzido hoje nessas relações, entendeu? [...] A CCD não tem que ser rentabilizada. Projetos dentro da CCD sim. Agora estar dentro da CCD não deve rentabilizar ninguém. Nada. Muito pelo contrário, pra ti estar dentro da CCD tem que ter custos (Entrevistado CCD, 2013).

Deve-se fazer referência a Simmel (2013) que entende o caráter *blasé* de uma sociedade vinculado à preponderância da monetarização das relações. Na medida em que existe um denominador comum das relações, um equivalente para as pluralidades, um fator de impessoalização, as individualidades reduzem-se frente a este elemento. A atitude *blasé*, além de ser um resguardo psíquico em face da multiplicidade das metrópoles (Simmel, 2005b), manifesta-se nas relações demasiadamente niveladas pelo dinheiro, pois, neste caso, as genuínas individualidades não teriam espaço de expressão (Chiesa, 2014).

O receio de que a CCD seja fonte de renda preponderante revela o medo de que a organização não se preste mais à expressão da criatividade, individualidades e sociabilidades que nela ocorrem, pois a mudança na forma de estar junto pode levar ao cerceamento das liberdades possíveis.

[...] o que faz sermos como somos, ao contrário de empresas e outros coletivos, é a inexistência de dinheiro envolvido nas relações. “Pois é, talvez o dinheiro macule as relações” disse Leandro. “ “Talvez um dia ela deixe de existir e está tudo bem, serviu aos seus propósitos no tempo que existiu” – disse ele. (Excerto de diário de campo CCD, 2013).

Para a CCD, o dinheiro é diretamente associado a um tipo de relação que a maioria dos membros não deseja cultivar; ao menos, não naquele espaço. Assim, não é materialmente a presença ou ausência dele que importa, mas a tentativa de criar uma “forma” de ser e estar com os outros sustentada por pressupostos diferentes de empresas ou mesmo outras organizações sem-fins lucrativos.

Por fim, das negações apresentadas, questionamos a ideia de “negações de formas”, posto que, em primeiro lugar, os coletivos estão inseridos em uma organização social estabelecida com as formas que se pretende negar e, em segundo lugar, a própria negação leva à construção de novas formas que podem vir a ser excessivamente objetificadas - levando à mesma tragédia que iniciou a negação transitória. Não seriam elas acompanhadas por “aceitações de formas”? Assim, dedicamos o item seguinte à exploração da negação e aceitação nestes coletivos.

## 8 NEGAÇÕES OU ACEITAÇÕES?

A negação da impessoalidade vem acompanhada por uma forma já explorada por Simmel (1983d), qual seja a sociabilidade. Quando Simmel (1983b) apresenta as características da manutenção de formas, ele coloca que a identidade do grupo sobre o indivíduo é uma das razões para tal. A sobreposição do grupo é, em certa medida, a retirada dos indivíduos singulares para partes impessoais que, entrando ou saindo, serão indiferentes à sua continuidade.

A gente tá debatendo isso muito. Justamente por causa dessa reunião de posicionamento da CCD, porque a gente tem que criar filtros que digam isso é um projeto que tem o DNA CCD só que como a gente não tem esse DNA definido, as coisas vão se perdendo. (Entrevistada CCD, 2013).

Quando se pede por um DNA do coletivo, clama-se por uma personalidade própria e, em alguma medida, fixa, necessária para que "as coisas não se percam" com o movimento dos indivíduos que passam por ali. O mesmo acontece com a negação de regras: a instituição de não haver regras pode tornar-se uma regra própria. Assim, a negação de uma forma é acompanhada pela criação de outras, como também aponta Flusser (2011) o retrato da situação insustentável do homem - que, para contrapor-se às formas, cria outras. O indivíduo resiste e busca continuamente sua expressão negando e inventando formas de trabalho ou modos de expressar-se, novas ou não tão novas, mas que importam pelo esforço despendido nessa negação e construção. A negação da forma, como uma transição entre uma e outra, aparece, como expomos, nas categorias que exploramos. Esse formato transitório fica explícito no depoimento de um dos participantes:

É um meio. Na verdade, se tu for parar pra pensar, todos os projetos tão rolando, e as ideias, todas elas envolvem um evento físico, ou debate, ou um evento de música, ou mesmo até tipo um call né. Uma teleconferência assim. Mas todas demandam um encontro. Então eu acho que acaba sendo um meio mesmo, um meio de divulgação, de conhecer as pessoas, de conseguir fazer os projetos acontecer (Entrevistada CCD, 2013).

A negação aparece, portanto, como essa transição entre a forma estabelecida e a que vem a se criar e como a possibilidade de reestabelecer a vivência da cultura, evitando seu possível fim trágico. Percebemos que, ainda que se tenha criado uma nova forma, ela pode não ter atingido o extremo trágico de sua objetificação. Neste sentido, lembramos que, no caso destes coletivos,

devemos relativizar a "negação de formas", posto que isto só é possível porque eles se sustentam nas mesmas formas que negam (Chiesa, 2014).

Em uma sociedade moderno-contemporânea e complexa, a negação do dinheiro, de formalizações e de grilhões institucionais vem acompanhada de aceitações: o que ocorre é uma “negociação” (Velho, 2003) entre “mundos” que se interpenetram. Essa negociação é necessária, dado que o indivíduo não está completamente “livre”, seja com ou sem dinheiro. Simmel (2011) exaltava as características libertadoras do dinheiro, no sentido de permitir desvinculações e certas liberdades, mas também de impor constrangimentos outros. Do mesmo modo, a concretização de uma forma que deliberadamente não remunere as pessoas também provê certas liberdades e outros constrangimentos.

Com este trabalho percebemos que a negação além de ser um lapso de transição entre a forma que se quer negar e a que se vai "construir", tal qual Simmel (1917-2013) expos, é também um processo no qual podem se cristalizar formas, em um movimento de fluidez e fixidez – a primeira caracterizada pela transição e a segunda, pela cristalização. No caso deste trabalho, portanto, as formas de organização que estes coletivos se propõem podem ser entendidas como negação de formas (fluidez) e como uma forma em si (fixidez), denominada por nós de "organização estrangeira". Essa forma, cristalizada dentro da negação, pode vir a se tornar objetificada em excesso e, inclusive, ser negada em outro momento.

Considerando que o estrangeiro "é mais livre, prática e teoricamente; examina as condições com menos preconceito; seus critérios para isso são mais gerais e mais objetivamente ideais; não esta amarrado à sua ação pelo hábito, pela piedade ou por precedente" (Simmel, 1983c, p.185), podemos imaginá-lo como uma forma que nega a forma característica da modernidade. A “organização estrangeira” seria, portanto, aquela que não esteve "aquí" sempre, mas que surge como outra, em passagem, e fica. Assim como o estrangeiro de Simmel (1983c), a “organização estrangeira” está próxima e distante, fixa e móvel, intrometendo-se em um apanhado de organizações que já detém um espaço no território.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Casa da Cultura Digital e o Global Shapers Porto Alegre têm propósitos ora divergentes, ora convergentes, contudo aproximam-se pelas suas formas de organização. Negam a impessoalidade, negam a hierarquia, negam regras e negam o dinheiro, como também as aceitam. O estabelecimento e manutenção de relações pessoais, de sociabilidade, de organização horizontal e descentralizada, de repúdio a regras e a não remuneração dos trabalhos desenvolvidos internamente são similares em ambos coletivos. Em paralelo, estabelecer como imperativo a não regra, apresentar uma hierarquia, ainda que no passado, colocar o dinheiro como não necessário, considerando que os membros vêm de classes econômicas abastadas, são contradições também similares que tornam a negação, como dissemos, também aceitação.

Identificamos que tais coletivos abordados no trabalho apresentam traços marcantes da sociabilidade (Simmel, 2006) como forma constitutiva dos mesmos, percebendo-a como forma central. As formas se mantêm pelas relações recíprocas, sejam de aproximação ou afastamento, expressas e observadas a partir das formas de sociação. Por mais que haja impessoalização das relações, elas só existem devido à reciprocidade de interação e, acima de tudo, porque, no real, o que existe são indivíduos.

O que nos parece fascinante, no entanto, é que o mesmo motivo pelo qual se dá a tragédia da cultura na modernidade, e que mantém as suas formas, é o que inicia o processo de negação delas. A tragédia da cultura é a situação tipicamente problemática do homem moderno: “o sentimento de ser como que esmagado por essa miríade de elementos culturais, uma vez que ele nem os assimila internamente, nem pode simplesmente recusá-lo, pois pertencem potencialmente a sua esfera cultural” (Simmel, 2013, p.103). A manutenção da forma é possível pelo esforço em torna-la algo objetivo, para além de qualquer movimento individual singular.

A partir da conclusão da nossa obra, ela não apenas passa a ter uma existência objetiva e uma vida própria - desligada de nós - mas especialmente passa a conter nesta existência autônoma, como que por graça do espírito objetivo, forças e fraquezas, componentes e significações, sobre os quais não temos alguma responsabilidade e pelos quais somos frequentemente surpreendidos (Simmel, 2005a, p.102).

Por fim, o homem moderno, circundado de elementos culturais, é aprisionado por eles, dada sua objetivação. Devido a isso, pode surgir o processo de negação, como tentativa de expressão de vida. Desta negação emergem formas de sociação, em um processo recíproco e recursivo.

Percebemos a própria negação de formas como dual, não em um sentido fixo e extremo, mas em um contínuo movimento entre um e outro, tal qual a sociação, como uma unidade de opostos: nega e aceita. Se podemos aceitar que a formação da mais alta impessoalidade também atua como um modo altamente pessoal (Simmel, 1903), podemos aceitar que a negação é também aceitação, devendo ser entendida como verbo no gerúndio, da mesma forma que a "sociedade" o foi, para Simmel. Negar significa aceitar, um movimento velado pela encenação, também própria da realidade moderna que Simmel observou e que, ao que nos parece, permanece - ainda que em movimento contínuo.

Com tudo isso, respondemos à questão de pesquisa dizendo que tais coletivos se mantêm tanto pela aceitação das formas objetificadas como por sua negação. De um lado, o esforço explícito em negar impessoalidade, regras, hierarquia e o dinheiro. De outro, a manutenção a partir da aceitação de formas como sociabilidade, subordinação e ordenação. As relações recíprocas que se estabelecem, terreno base para qualquer forma ser mantida, é o mesmo para os coletivos, construindo pilares que, antes de serem ambíguos, complementam-se em movimento contínuo. Com isso, da criação que se daria com o momento transitório da negação, surge uma nova forma que, talvez, venha a ser negada novamente, quando, e se, for objetificada em excesso.

Por fim, denominamos de “organizações estrangeiras” estas formas cristalizadas na negação, remetendo a uma ideia de movimento e fixidez. Inseridos neste trânsito de negação, entre uma forma e outra, os indivíduos estabelecem uma forma de sociação própria, afastada do *status quo* e também próxima, por estar inserida nele.

## Referências

Alcadipani, R & Rosa, A. R. (2010). O pesquisador como o outro: uma leitura pós-colonial do “Borat” brasileiro. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 4, pp. 371-382.

- Cavedon, N. R. (2010). "De frente pro crime": cultura organizacional e socialização dos peritos ingressantes no Departamento de Criminalística do Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 11, pp. 38-65.
- Chiesa, C.D. (2014). *A casa da cultura digital como uma tribo contemporânea: etnografando formas de socição*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado.
- Clifford, J. (2011). *A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Flusser, V. (2011). *A Filosofia da Caixa Preta*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará.
- Geertz, C. (2008). *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC.
- Kihara, S. (2014). *Global Shapers: das formas de socição à organização*. Porto Alegre: UFRGS, Dissertação de Mestrado.
- Lemos, A. (2013). *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina.
- Migliori, C. (2012). *TEIA 2002-2012*. Belo Horizonte. Disponível em: <[https://www.academia.edu/2451138/O\\_que\\_e\\_um\\_coletivo](https://www.academia.edu/2451138/O_que_e_um_coletivo)>. Acesso em: 18 de julho de 2014.
- Minayo, M. C. S. (2011). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, J.S. de & Cavedon, N.R. (2013). Micropolíticas das Práticas Cotidianas: Etnografando uma Organização Circence. *Revista de Administração de Empresas*. v.53, n. 2, mar /abr, pp. 156-168.
- Rammstedt, O. & Dahme, H.J. (2005). A modernidade atemporal dos clássicos da sociologia: reflexos sobre a construção de teorias de Émile Durkheim, Ferdinand Tönnies, Max Weber e, especialmente, Georg Simmel. In: Souza, J. & Berthold, O. *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp.187-218
- Simmel, G. (1896/2005). O dinheiro na cultura moderna. In: Souza, J. & Berthold, O. *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp.24-40
- Simmel, Georg. (1898). The Persistence of Social Groups. *American Journal of Sociology*, Vol. 3, Issue 5, pp.662-698
- Simmel, G. (1900/2005). A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: Souza, J. & Berthold, O. *Simmel e a modernidade* idade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, pp.41-76
- Simmel, G. (1903). As grandes cidades e a vida do espírito. *MANA* 11(2), pp.577-591.
- Simmel, G. (1917/2013). A crise da cultura. In: Bueno, A. *O conflito da cultura moderna e outros escritos*. São Paulo: Senac, 2013.
- Simmel, G. (1983a). A natureza sociológica do conflito. In: Moraes Filho, E de. *Georg Simmel: sociologia* . São Paulo: Ática. Pp.122-134
- Simmel, G. (1983b). Como as formas sociais se mantém. In: Moraes Filho, E de. *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática. Pp.46-58
- Simmel, G. (1983c). O estrangeiro. In: Moraes Filho, E de. *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática. Pp.182-188
- Simmel, G. (1983d). Sociabilidade: Um exemplo de sociologia pura ou formal. In: Moraes Filho, E de. *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática. Pp.165-181
- Simmel, G. (1983e). Superordenação e subordinação - Introdução. In: Moraes Filho, E de. *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática. Pp.107-114
- Simmel, G. (2005a). O conceito e a tragédia da cultura. Souza, J. & Berthold, O. *Simmel e a modernidade* . Brasília: UnB. p. 79 -108.



- Simmel, G. (2005b). As Grandes Cidades e a Vida do Espírito. *Mana*. V.11, n.2.
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduos e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Simmel, G. (2011). *Philosophy of Money*. 4.ed. New York: Routledge.
- Simmel, G. (1917-2013). A Crise da Cultura. In: Simmel, G. *O conflito da Cultura moderna e outros escritos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, pp. 101-117.
- Souza, J. (2005). A crítica do mundo moderno em Georg Simmel. In: Souza, J. & Berthold, O. *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005, pp.9-20.
- Velho, G. (1981). *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Velho, G. (2006). *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. 4.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Wolff, K. H. (1958). The challenge of Durkheim and Simmel. *American Journal of Sociology*, Vol. 63, No. 6, pp. 590-596